

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.556.989 - SP (2019/0227763-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : CARLOS ROBERTO MALUF - ESPÓLIO
REPR. POR : HELOISA TERRA MALUF - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : OSWALDO CHADE - SP010351
SERGIO NASSIF NAJEM FILHO - SP210834
AGRAVADO : PATRÍCIA MARIA STRAZZACAPPA HERNANDEZ
ADVOGADO : RACHEL LAVORENTI ROCHA PARDO - SP153115

EMENTA

CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL **MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC**. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. QUADRO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. PRECEITOS LEGAIS DITOS VIOLADOS NÃO PREQUESTIONADOS E QUE NÃO FORAM OBJETO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. PRETENSÃO RECURSAL QUE BUSCA O REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPEDIMENTO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

ESPÓLIO DE CARLOS ROBERTO MALUF (ESPÓLIO) ajuizou ação de reintegração de posse cumulada com indenização por danos materiais contra PATRÍCIA MARIA STRAZZACAPPA HERNANDEZ (PATRICIA) tendo por objeto bens móveis que integravam propriedade do falecido.

A sentença de improcedência do pedido foi parcialmente reformada por acórdão assim ementado:

AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. OBRA DE P2.22 ARTE E OUTROS BENS MÓVEIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. NECESSIDADE DE REFORMA. ESBULHO PRATICADO PELA RÉ QUE FICOU COMPROVADO NO TOCANTE AO QUADRO. REINTEGRAÇÃO NA SUA POSSE PREJUDICADA DIANTE DA SUA VENDA DO BEM NO CURSO DO PROCESSO. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO. VALOR DEVIDO, CONTUDO, DIVERSO DAQUELE ESTIMADO PELAS PARTES. RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ, fl. 713).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 734/740).

Superior Tribunal de Justiça

ESPÓLIO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF, onde alegou violação dos arts. 500, 537, *caput* e § 4º, 1.022, II, do NCPC; 402, 927, 944, 952 do CC/02, pelos seguintes fundamentos (1) negativa de prestação jurisdicional; (2) o critério utilizado pelo acórdão recorrido para fixar a indenização devida por perdas e danos encontra-se equivocado e não corresponde ao efetivo valor do bem perdido; (3) a impossibilidade de retomada da posse do quadro pelo Recorrente não inviabiliza de nenhuma forma a cobrança da multa, (4) a recorrida deve ser condenada a indenizar os bens que guarneciam a casa do recorrente

Não foram ofertadas contrarrazões.

O Tribunal local inadmitiu o apelo nobre por (1) não se verificar a negativa de prestação jurisdicional; (2) não ter sido demonstrada a infringência dos preceitos arrolados; (3) incidir a Súmula nº 7 do STJ.

ESPÓLIO ingressou com agravo em recurso especial sustentando (1) usurpação da competência desta Corte pela decisão agravada; (2) ficou caracterizada a violação de todos os artigos apontados; (3) inexistência de necessidade de reexame de matéria fática.

Sem contraminuta.

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da alegada usurpação de competência

Não há falar em usurpação de competência do Superior Tribunal de Justiça pela Corte *a quo*, sob o argumento de que houve o ingresso indevido no mérito do recurso especial por ocasião do juízo de admissibilidade, porquanto constitui atribuição do Tribunal local, nessa fase processual, examinar os pressupostos específicos e

Superior Tribunal de Justiça

constitucionais relacionados ao mérito da controvérsia, a teor da Súmula nº 123 de STJ.

(2) Da negativa de prestação jurisdicional motivada

O agravante afirma que o acórdão recorrido não apreciou nem apresentou fundamentação relativamente à manutenção da multa diária imposta pelo descumprimento da liminar de reintegração de posse, observando-se como limite o valor atribuído ao bem.

No entanto, o Tribunal estadual expressamente falou ao apreciar os embargos de declaração que:

Quanto aos embargos opostos pelo autor, não existe omissão ou contradição no acórdão ao reformar em parte a r. sentença para acolher a ação de reintegração de posse o que, todavia, não afastou a extinção do incidente relativo à execução da multa diária em razão do fato também explicitado na decisão embargada de restar prejudicado o cumprimento da tutela pela venda do quadro que seria objeto da medida liminar, não havendo, assim, qualquer mácula a ser sanada, sendo clara a intenção do recorrente de continuar com aquele incidente já encerrado em primeiro grau e não restabelecido no acórdão pelo fundamento acima (e-STJ, fl. 738).

Como se vê, a questão foi analisada de forma fundamentada, não padecendo o acórdão embargado de nenhum dos vícios alegados pelo ESPÓLIO.

(3) Da infringência dos arts. 402, 927, 944, 952 do CC/02 e 500, 537, caput e § 4º, do NCPC

O Tribunal recorrido assim consignou em seu voto-condutor:

Resta então verificar qual valor deve ser entregue pela ré a título de ressarcimento, pugnando ela pelo valor do lance inicial do quadro quando de sua venda na galeria (R\$ 28.000,00), enquanto o autor pretende a quantia de R\$ 220.000,00 com base em uma estimativa 0 o realizada pelo Instituto Manabu Mabe (fls. 412). Ocorre que o valor estimado pelo autor R\$ 22 diz respeito a obra diversa, ainda que dita "semelhante", do ano de 1972, o que impede seja utilizada como parâmetro para a reparação. O arbitramento em valor relativo ao wN lance inicial, como

Superior Tribunal de Justiça

pretendido pela ré, também não é razoável, sendo mais adequado que ela restitua o valor que o o obteve com a venda da obra (R\$ 56.000,00), o qual pode ser LIJ adotado, por analogia, como seu "preço de mercado".

A alegação do autor -apelante de que o valor de venda da galeria não pode ser aceito porque o local não era especializado nas obras do referido pintor ou porque estava prestes a encerrar suas atividades, como constou da apelação, não pode ser aceita porque o dono da galeria esclareceu que, ao colocar à venda determinado quadro, pedia a "opinião para quem conhece, se a obra é boa ou não, cada obra tem um especialista, se é um Volpe tem um, Mabe é outro, e ele fala, porque o que mais tem é coisa fria e o preço é de acordo com o que o mercado está vendendo", certo que a galeria estava no mercado havia trinta anos.

Enfim, a r. sentença deve ser mantida quanto ao pedido de indenização relativo aos bens móveis descritos nos Anexos I e II da inicial.

Isso porque na ação de reconhecimento .da união estável c.c. dissolução e partilha de bens não houve a descrição de cada objeto que a autora pretendia ver partilhado e nesta demanda também não há prova de que os bens relacionados pelo espólio, se encontrem ou se encontravam na posse da ré, de forma que não se configurou o alegado esbulho que possa gerar o correspondente ressarcimento (e-STJ, fls. 717/718).

Do excerto acima transcrito, verifica-se que não ocorreu o prequestionamento dos preceitos legais pelo acórdão recorrido, devendo se registrar, ainda que os referidos preceitos não forma objeto dos embargos de declaração opostos pelo ora agravante.

Sendo assim, incidem, por analogia, as Súmulas nºs 282 e 356 do STF.

Destaque-se, ainda, que mesmo que se fosse possível transpor os referidos óbices sumulares, o exame da pretensão recursal demandaria o revolvimento dos fatos e provas constantes dos autos, o que, na via eleita, esbarra na Súmula nº 7 do STJ.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER PARCIALMENTE** do recurso especial e nessa extensão **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

